



## O pedagogo frente às dificuldades de leitura e escrita, perceptíveis na trajetória educacional dos alunos

### The role of the pedagogue in face of reading and writing difficulties, noticeable in the educational trajectory of the students

Richard José Cavalcante dos Santos<sup>1</sup>, Francisca Freire da Costa Neta<sup>2</sup>, Fagno Dallino Rolim<sup>3</sup>, Wyara Ferreira Melo<sup>3</sup>, Carla Heloísa Alencar de Figueiredo<sup>3</sup>, Antônio Eudes Ferreira<sup>4</sup>, Karla Gomes da Nóbrega<sup>3</sup> & Fernanda de Sousa Araújo<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Graduado em Pedagogia, Faculdade São Francisco – FASP, Especialista em Metodologia do Ensino Superior – FASP. E-mail: zodiacozeus@hotmail.com

<sup>2</sup> Licenciada em Geografia, Especialista em Gestão Ambiental para o Semiárido Nordeste pela Universidade de Campina Grande. E-mail: profaffreire.geo@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestres em Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande, E-mails: dallino@hotmail.com wyara\_mello@hotmail.com; karlindagomes@hotmail.com; carlaheloisaf@gmail.com

<sup>4</sup> Licenciado em Ciência com habilitação em Matemática-UFCG/E-mail: aedesferreira@gmail.com;

<sup>5</sup> Graduada em Engenharia de Alimentos-UFCG. E-mail: fsousaaraujo24@gmail.com.

**Resumo-** A leitura promove socialmente o indivíduo, possibilitando acesso ao conhecimento e à cultura. Isso posto, torna-se essencial a busca, no espaço escolar, de mecanismos de compreensão das principais causas de dificuldade de leitura, para fazer intervenções pedagógicas necessárias, sendo importante atentar sistematicamente para o papel que o pedagogo exerce nesse processo de alfabetização. A abordagem desse tema torna-se importante, pois refletirá sobre as dificuldades na leitura, vivenciada no cotidiano escolar e suas possíveis variáveis. Portanto, este trabalho objetiva analisar as principais dificuldades que interferem no processo de aprendizagem da leitura, tendo como consequência a dificuldade de leitura do aluno ao passar da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental para as séries seguintes. A metodologia consiste num levantamento bibliográfico a partir da leitura e fichamento de textos em livros, artigos, periódicos e trabalhos científicos nos meios eletrônicos. Quanto à abordagem é qualitativa, pois versa sobre a qualidade do ensino nos primeiros anos escolares. O processo de alfabetização exige saberes conceituais por parte dos professores. Além dos problemas didáticos e da falta de estímulo para a leitura, vinda do ambiente familiar, que dificultam o processo de aprendizagem, é possível afirmar que alguns alunos apresentam distúrbios e dificuldades de aprendizagem, que independem do processo de ensino. No entanto, percebeu-se que existe uma grande defasagem no processo de alfabetização das crianças nas fases iniciais, principalmente, por falta de maior incentivo sobre a leitura e a escrita e, em sua decorrência, significativas influências na aprendizagem do aluno durante todo o período educacional.

**Palavras-chave:** Aprendizagem. Dificuldades. Leitura. Escrita. Papel do Pedagogo.

**Abstract-** Reading socially promotes the individual, providing access to knowledge and culture. That said, it is essential to search the school space for mechanisms to understand the main causes of reading difficulties, to make necessary pedagogical interventions, and it is important to systematically pay attention to the role that the pedagogue plays in this literacy process. The approach of this theme becomes important because it will reflect on the difficulties in reading, experienced in the daily school and its possible variables. Therefore, this paper aims to analyze the main difficulties that interfere in the learning process of reading, resulting in the student's reading difficulty when passing from kindergarten and the early years of elementary school to the following grades. The methodology consists of a bibliographic survey from reading and filing texts in books, articles, journals and scientific works in electronic media. As for the approach is qualitative because it deals with the quality of education in the early school years. The literacy process requires conceptual knowledge by teachers. In addition to the didactic problems and the lack of stimulation for reading, coming from the family environment, which hinder the learning process, it is possible to state that some students have learning disabilities and difficulties, which are independent of the teaching process. However, it was noted that there is a large gap in the literacy process of children in the early stages, mainly due to the lack of greater incentive for reading and writing and, as a result, significant influences on student learning throughout the period. educational.

**Keywords:** Learning. Difficulties. Reading. Writing. Role of educator.

## INTRODUÇÃO

Alunos com dificuldades de aprendizagem que chegam ao final do ensino médio com sérios problemas de leitura e escrita, ou praticamente não alfabetizados, representam nos últimos anos um número bastante significativo e que tem levado a inúmeras discussões acerca das causas dessa problemática.

Entende-se que os alunos devem ser alfabetizados, aprender a ler e a escrever, assim como conhecer, minimamente as quatro operações matemática a partir da educação infantil até os três anos iniciais do ensino fundamental. Sendo assim, o aluno ao adentrar nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e até mesmo no ensino superior, já deveria ter uma bagagem formada no que concerne a ler, a escrever e aos saberes matemáticos. Todavia, isso não vem ocorrendo, e muitos alunos acabam tendo que repetir de ano e ano e por fim acabam desistindo de estudar ou, simplesmente, vão passando série a série com estas deficiências.

E nesse contexto, os educadores, principalmente, acabam jogando a culpa uns nos outros, pois o aluno vem ano a ano com essa deficiência, passando de ano e apresentando as mesmas dificuldades com relação a leitura, a escrita e aos saberes matemáticos. Nenhum educador ou ninguém quer assumir a culpa por esse fracasso.

Todavia, é sabido que muitos fatores contribuem para essa problemática. No entanto, é importante ressaltar que em se tratando de leitura e de escrita, esse é um processo que deve ocorrer gradativamente, principalmente durante a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Os alunos ao passarem por estes anos, devem aprender, pelo menos o mínimo de leitura, pois a leitura será o suporte para a construção dos conhecimentos destes alunos. Portanto, é nos anos iniciais que a construção da leitura e da escrita deverá ser bem focalizada e intensificada.

A escola, sem saber lidar com esses casos, muitas vezes, alega que a origem do quadro é patológica. Esse quadro é mais comum do que se imagina: cerca de 30% desses alunos são diagnosticados como portadores de uma deficiência, para justificar seu mau desempenho escolar. Dislexia, hiperatividade, déficit de atenção, déficit do processamento auditivo e deficiência mental são os nomes mais comuns dados ao problema.

Por outro lado, ainda que os números não sejam reconhecidos formalmente pelo Ministério da Educação e Cultura, apresentam uma gama de estudos que buscam avaliar a conjuntura atual da educação brasileira visando compreender os motivos que impedem aprendizagem de uma parcela tão grande de alunos. De certo que todos não são deficientes e nem tão poucos apresentam distúrbios de aprendizagem.

O que acaba acontecendo é uma má interpretação da postura do aluno na escola – como lentidão ao realizar uma tarefa, cópia sem compreensão, ou mesmo o esquecimento do que acabou de aprender – como sintomas de uma enfermidade.

Sendo assim, o questionamento que buscamos elucidar neste estudo o seguinte problema: Se os alunos, durante o processo de alfabetização, compreendido desde a educação infantil até os anos iniciais do ensino

fundamental, não estão conseguindo apreender a leitura e a escrita, qual está sendo o papel do pedagogo ou qual deverá ser o seu papel mediante esta prática a fim de evitar que os alunos passem de um ano para outro sem saber ler e escrever?

Os motivos que justificam o presente estudo reportam-se ao fato de que tem se percebido um número bastante significativo de alunos que estão nos anos finais do ensino fundamental apresentando grandes dificuldades de aprendizagem por não terem uma compreensão efetiva sobre a leitura e a escrita, principalmente no caso da leitura, pois acaba dificultando o aluno no que diz respeito à interpretação daquilo que está lendo. Sendo assim, se o aluno não consegue interpretar o que ler, já estando em anos mais avançados em seus estudos, subentende-se que ele não conseguiu ter uma boa apreensão da leitura. Outrossim, entende-se que no processo de alfabetização, um dos pontos importantes dessa fase é buscar despertar no aluno o gosto e o hábito pela leitura, pois ao alcançar essa meta, estará contribuindo para a formação de sujeitos leitores e, conseqüentemente, sujeitos críticos e reflexivos.

Desta forma, visando responder ao questionamento proposto, o objetivo geral do estudo é analisar as principais dificuldades que interferem no processo de aprendizagem da leitura, tendo como consequência a dificuldade de leitura do aluno ao passar da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental para as séries seguintes. Já os objetivos específicos buscam compreender a importância do pedagogo, que está em sala de aula, no processo de alfabetização do aluno; identificar as causas que culminam para o aluno chegar aos anos finais do ensino fundamental sem saber ler e escrever, dificultando assim sua aprendizagem e refletir sobre a prática pedagógica dos professores da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental com relação ao processo de leitura e escrita.

A metodologia consiste num levantamento bibliográfico a partir da leitura e fichamento de textos em livros, artigos, periódicos e trabalhos científicos nos meios eletrônicos. Quanto à abordagem é qualitativa, pois versa sobre a qualidade do ensino nos primeiros anos do aluno na escola.

Não é pretensão aqui achar ou apontar culpados pelo insucesso escolar de uma criança, tendo em vista que o problema do mau desempenho escolar de grande parte das crianças é complexo e delicado de se lidar. Por isso, pretende-se apenas tecer olhares sobre o que é possível ser feito pelo pedagogo que atua na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em relação a construir mecanismos que possam despertar no aluno, de forma efetiva, o hábito pela leitura e pela escrita, ferramentas imprescindíveis para a formação destes alunos.

Com efeito, o presente estudo tem uma relevância social, haja vista que, abre um leque de informações pertinentes ao comportamento do educando e do educador/pedagogo com relação ao processo de ensino e aprendizagem, com ênfase para a importância da apreensão da leitura e da escrita, ainda nos anos iniciais do ensino. Já nos aspectos acadêmicos, o estudo apresenta subsídios para que outros estudos sejam mediados dentro do assunto aqui exposto, já que não existe assuntos

prontos e acabados, mas sim, um início e meio e, nunca um fim.

## **MÉTODO**

O desenvolvimento deste trabalho consistiu na utilização de uma pesquisa de caráter bibliográfico do tipo qualitativa. Segundo Gil (2008, p.17), a pesquisa científica é “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Em relação à pesquisa bibliográfica tem sido utilizada com grande frequência em estudos exploratórios ou descritivos, casos em que o objeto de estudo proposto é pouco estudado, tornando difícil a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis. A sua indicação para esses estudos relaciona-se ao fato de a aproximação com o objeto ser dada a partir de fontes bibliográficas (MARCONI; LAKATOS, 2009).

Portanto, a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto.

Ainda em relação à pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008) este tipo de pesquisa é desenvolvido a partir de material já elaborado por outros pesquisadores. Neste caso o pesquisador coleta informações sobre pesquisas anteriores em fontes bibliográficas, tais como:

- Livros – obras literárias ou obras de divulgação, dicionários, enciclopédias, anuários e almanaques;
- Publicações periódicas – artigos científicos de revistas ou jornais científicos, disponíveis em bibliotecas ou internet;
- Obras acadêmicas – TCC, dissertação de mestrado, tese de doutorado, disponíveis em bibliotecas ou internet.

Todavia, a pesquisa bibliográfica é utilizada em todos os trabalhos com pesquisa de campo, para desenvolvimento do tema do trabalho em sua revisão de literatura.

Quanto à abordagem qualitativa, Chizzotti (2001), afirma que este método se fundamenta em dados corrigidos nas interações interpessoais, na coparticipação das situações dos informantes, analisados a partir da significação que estes dados dão aos seus atos.

O instrumento para coleta dos dados tratou-se de um levantamento bibliográfico através da leitura e fichamento de texto em livros, revistas, artigos, periódicos, meios eletrônicos, dentre outros que ofereçam subsídios para o enriquecimento desta pesquisa.

O estudo foi desenvolvido junto aos acervos da Universidade Federal de Campina Grande, Instituições de Ensino Superior, no caso da Faculdade São Francisco, todas com sede na cidade de Cajazeiras, bem como em biblioteca pública.

## **DIFICULDADES DE LEITURA E ESCRITA PERCEPTÍVEIS NA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DOS ALUNOS: QUAL O PAPEL DO PEDAGOGO?**

Nesta seção, aborda-se a princípio, as dificuldades dos alunos no que concerne a apreensão da leitura e escrita, principalmente, no decorrer da vida educacional de muitos alunos. Estas dificuldades são perceptíveis por ocasião da transição dos alunos da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental para os anos seguintes (anos finais do fundamental, ensino médio e até mesmo ensino superior).

Esta é uma realidade que tem assustado de forma significativa o sistema educacional brasileiro, uma vez que, muitos alunos vão passando série a série deixando uma verdadeira lacuna no processo de ensino e aprendizagem, bem como, apresentando inúmeras dificuldades de aprendizagem pelo fato de terem severas deficiências quanto a apreensão da leitura e da escrita e de interpretação.

### **Breve reflexão sobre as dificuldades dos alunos em relação ao processo de leitura e escrita**

Desde o início da infância, é importante o contato da criança com livros. Quanto mais cedo houver esse contato, maiores habilidades virão a ser desenvolvidas, no período da vida escolar. Ler é de fundamental importância, na vida de uma criança. A leitura não é um conhecimento adquirido apenas na escola; esta se faz presente no dia a dia de todas as pessoas e cumpre diversas funções sociais. A criança, como um ser social, tem contato desde cedo com o mundo letrado, por meio de rótulos, placas, televisão, roupas, letreiros, etc.

Antes mesmo de ser alfabetizada, a criança pode apresentar a capacidade de interpretar e produzir, tudo dentro do que vê diariamente. Um exemplo dessa leitura são os rótulos de produtos alimentícios, ao mostrar um produto conhecido para ela, mesmo sem saber ler convencionalmente, ela saberá dizer de qual produto se trata.

Outro exemplo é a diferenciação de livros, jornais, revistas. A criança tem seu primeiro contato com a leitura de forma oral, por meio de sua família, através de leituras durante o dia, ou até mesmo na hora de dormir; são momentos incentivadores para a formação de futuros leitores. Para Abramovich (2002, p. 17):

Ler história para crianças, sempre, sempre é poder sorrir, rir, gargalhar com situações vividas pelas personagens, com a ideia do conto ou com o jeito de escrever de um autor e, então, poder ser um pouco cúmplice desse momento de humor, de brincadeira, de divertimento.

Ao contar histórias para as crianças, trabalha-se sua imaginação, intrigando-a a pensar, explorar novos mundos. Se a história for bem contada, com entonação e emoção, a criança acaba se sentindo dentro dela, surgem, então, diversas emoções importantes: alegria, raiva, tristeza, pavor, entre outros.

A leitura irá auxiliar em toda vida escolar do indivíduo, ela possibilita intensificar o mecanismo de

expressividade e de crescimento do aluno, auxiliando-o na superação da defasagem, encontrada nos anos posteriores à alfabetização, quando o mesmo não obteve todo o êxito esperado, por parte da escola.

Conforme Bamberger (2007, p. 13):

a leitura favorece a remoção das barreiras educacionais de que tanto se fala, concedendo oportunidades mais justas de educação pela promoção do desenvolvimento da linguagem e do treinamento intelectual, e acentua a possibilidade de ajustamento à situação pessoal do indivíduo.

Ao ingressar na vida escolar, uma preparação antecipada faz a diferença, mas, durante a alfabetização, pode-se deparar com dificuldades específicas. Muitas vezes, as crianças encontram dificuldades de ler, por não entenderem os textos trabalhados, e o que não se entende, não é interessante de ser explorado.

As dificuldades de leitura afetam toda a aprendizagem escolar, pois, em todas as matérias, é essencial ler para entender o que deve ser feito. Essas dificuldades são encontradas em diferentes perfis. Algumas das dificuldades mais encontradas são: transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH), dislexia, dislalia, dificuldades de aprendizagem, entre outras.

Alguns alunos apresentam dificuldades, pois seus professores tratam a hora da leitura com desdenho, sem a mínima importância, enquanto deveriam tratar esse momento com o maior cuidado, visto que a leitura é um hábito e, como tal, deve ser transmitido e utilizado na vida social e educacional de um indivíduo.

Quando a criança começa a aprender a ler, depara-se com muitas palavras novas, que, por vezes, não sabem o significado. Desse modo, a leitura é feita na estrutura fonológica da palavra, ou seja, decodificando-a.

O aluno do curso de pedagogia é denominado aluno pesquisador e deverá realizar uma exploração didática na sala de aula em que estiver atuando, para acompanhar o avanço dos alunos na leitura e na escrita, ele fará observações e registros das atividades didáticas desenvolvidas em sala de aula e do desenvolvimento dos alunos nestas atividades o que aprimorará também a formação inicial dos alunos estudantes do curso de Pedagogia possibilitando aos mesmos uma relação próxima da realidade, com a possibilidade da associação entre teoria e prática orientada por um professor regente e um professor da universidade.

Com o aprofundamento destes procedimentos com estudos teóricos e práticos sobre os temas desenvolvidos; pode-se verificar que quando a relação entre aluno e professor acontece com o viés da afetividade demonstrada ao aluno pela professora o processo ensino e aprendizagem sofre influência positiva em seus resultados, pode-se dizer que a maioria das dificuldades encontradas se deve à falta de atenção que é dispensada a essa criança, seja pela professora ou pela família e que a pressa de muitos pais em iniciar o processo de alfabetização das crianças “para ganhar tempo” também interfere neste desenvolvimento.

Emília Ferreiro, em seu livro Reflexões sobre a Alfabetização aponta que para uma aprendizagem significativa a criança deve estar na idade ideal de se

alfabetizar, cada criança tem o seu tempo, seus estudos concluem que uma grande parte das dificuldades enfrentadas na aquisição da leitura é a discrepância entre a idade para leitura e idade cronológica (FERREIRO, 2008).

Alguns professores criam uma barreira de desafeto com o aluno. Eles veem a dificuldade do aluno, mas, pela falta de afeto, não buscam estratégias para motivá-los, fazendo com que o aluno perca o interesse e se torne um copista, principalmente, na hora da leitura.

A educação tem como finalidade a preparação do educando para o exercício da cidadania, embora alguns professores estejam contribuindo para que nossos alunos se tornem indivíduos com baixa autoestima e sem consciência de suas capacidades. A afetividade, na relação professor-aluno, é importante, mas não deve haver exagero em nenhuma das partes, pois isso poderá trazer consequências negativas, na aprendizagem dos alunos.

É normal que haja sentimentos de empatia ou não entre aluno e professor, pois, em uma convivência diária, há cobrança e isso pode provocar atitudes que desagradem ambas as partes que atuam neste processo. Por isso, é importante que o educador tenha sempre controle da situação, saiba ser firme quando necessário, use o diálogo para uni-los.

O reconhecimento por parte do educador que a afetividade é importante no processo ensino e aprendizagem dos alunos se reflete na atuação do mesmo, pois quando o aluno gosta do ambiente escolar, sente-se à vontade e acaba gostando cada vez mais de estudar.

Se não há uma relação harmoniosa entre professor e aluno, este não se sentirá à vontade dentro do ambiente escolar, ele irá relacionar a disciplina e o conteúdo a um momento e a uma situação desagradável, que ele não gosta de fazer, e pouco a pouco vai perdendo o interesse de ir à escola.

Contudo, a afetividade aqui apresentada não deve ocorrer por meio de beijos, carinhos, abraços ou procurando agradar o aluno, mas sim, no ato de inovar as aulas, criando situações significativas de aprendizagem e entusiasmando a participação nas atividades propostas.

Segundo Freire (2000, p. 49) "não há ensino sem pesquisa nem pesquisa sem ensino"; referindo-se que o professor tem que ser pesquisador, buscando e visando a melhor estratégia para cessar as dificuldades de seus alunos.

Diante do que foi exposto até o momento, convém enfatizar ainda alguns importantes pressupostos que giram em torno do processo de leitura e escrita. A aprendizagem da leitura e da escrita não ocorre da mesma forma para todas as crianças e, dependendo da maneira como o processo de ensino é orientado, pode ocasionar dificuldades na aprendizagem de modo geral.

A criança começa a desenvolver a escrita antes mesmo de ingressar na escola, por meio da visão de mundo que ela presencia. Todavia a criança, ao ingressar na escola, se depara com a escrita, percebendo-a como se fosse uma atividade nova. Como o objetivo mais importante da alfabetização é ensinar a escrever, as crianças com dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita requerem uma atenção especial.

Um dos grandes problemas que ocorre na escola é que ela ensina a escrever sem ensinar o que é escrever podendo, portanto, gerar dificuldades de aprendizagem.

Ao observar a literatura existente pode-se observar que os professores de alfabetização ou de português sabem muito pouco sobre a natureza da escrita: como funciona e como deve ser usada em diferentes situações. Segundo Cagliari (2007, p. 119):

Alguns métodos de alfabetização ensinam a escrever pela escrita cursiva, chegando mesmo a proibir a escrita de fôrma. A razão que alegam frequentemente é que a criança que aprende a escrever com letra de fôrma terá de aprender depois a escrever com letra cursiva, e isso significa o dobro do trabalho, sendo inconveniente porque pode levar a criança a confundir esses dois modos de escrever.

A escrita é um desafio para a criança na alfabetização. Mesmo sabendo que devem aprender a escrever, é muito importante que aprendam o que é a escrita, as maneiras possíveis de escrever, a arbitrariedade dos símbolos, a convencionalidade que permite a decifração, as relações variáveis entre letras e sons que permitem a leitura. Enfim, é preciso saber o processo de aquisição da leitura e da escrita. Por isso, ninguém escreve ou lê sem motivo, sem motivação. Segundo aponta Cagliari (2007, p. 120):

A escrita seja ela qual for, tem por objetivo primeiro a leitura. A leitura é uma interpretação da escrita que consiste em traduzir os símbolos escritos em fala. Alguns tipos de escrita se preocupam com a expressão oral e outros simplesmente com a transmissão de significados específicos, que devem ser decifrados por quem é habilitado.

Com isso nota-se que qualquer desenho ou fotografia pode ser decifrado, comentado linguisticamente, sem que seja necessariamente um sistema de escrita, sem que ocorra uma leitura propriamente dita. Portanto, o ato de ler é condicionado pela escrita, ou seja, para aprender a ler e a escrever, o aluno precisa construir um conhecimento de natureza conceitual. Ele precisa compreender não só o que a escrita representa, mas também de que forma ela representa graficamente a linguagem.

As crianças vivem em contato com vários tipos de escrita no seu dia-a-dia. Então cabe ao professor, juntamente com os alunos, refletir sobre as possibilidades da escrita, e observar que marcas muito individuais restringem a possibilidade de leitura e que, para facilitar a comunicação entre todas as pessoas de uma sociedade, é que se estabeleceu um código, se convencionou um desenho para as letras. Nem todos os alunos escrevem da esquerda para a direita e de cima para baixo. Assim, o professor tem que estar atento a todo o processo de escrita dos seus alunos.

Quando o aluno ingressa na escola, num primeiro momento, já tenta escrever fazendo rabiscos, em geral pequenos, e misturando linhas retas e curvas, mas, nem sempre, faz a interpretação. Por meio do rabisco tenta escrever algo que pensa. Muitas vezes, o professor não interpreta o que a criança quis escrever. Cabe ao professor perguntar ao aluno o que quer dizer o seu escrito e anotar as respostas, para poder acompanhar o seu desenvolvimento. A criança já possui uma ideia do que seja a escrita, ou seja, ela sabe que se escreve com determinados sinais, mesmo que não saiba que estes sinais possuem uma ordem de colocação e significação. É

importante que a criança experimente como escrever as letras. Muitas superam esta etapa antes mesmo de entrar na escola; outras só vivem esta experiência no âmbito escolar.

Alguns professores preocupam-se em introduzir propostas de trabalho que consideram necessárias para o conhecimento das letras e da escrita. Eles criam atividades que podem ser iniciadas com a montagem de um quadro de famílias silábicas que irá ser completado no decorrer do trabalho; ou deixar a criança aprender duas grafias e descobrir a existência de semelhanças entre elas; ou trabalhar com rótulos de produtos; ou desenvolver um vocabulário de grafias que inclui, por exemplo, seu nome e outras palavras isoladas. Depois que a criança passar por esse processo ela já será capaz de conhecer as letras e algumas palavras.

É importante que o professor ensine todas as letras do alfabeto, ou seja, o professor deve ensinar o sistema alfabético de escrita (a correspondência fonográfica) e algumas convenções ortográficas do Português – o que garantiria ao aluno a possibilidade de ler e escrever por si mesmo. Após os primeiros contatos com a escrita é ideal que se incentivem os alunos a escrever textos espontaneamente, pois essa é uma boa maneira de valorizar suas atividades, ou seja, o aluno é capaz de produzir textos e de grafá-los de próprio punho.

Ao ler um texto que foi criado pelo aluno, o professor tem que ler de forma correta, mesmo que haja erros, para que não ocorra constrangimento. O ideal é que o professor motive a criança a corrigir os seus próprios erros, ou seja, incentive a autocorreção e autocrítica. Se o professor não é claro e cientificamente correto no tratamento das relações entre letra e som, poderá trazer conflito para as crianças e até mesmo criar empecilhos ao desenvolvimento da aprendizagem.

Também é necessário que o professor faça um levantamento das dificuldades apresentadas pelos alunos, utilizando as diversas metodologias disponíveis tais como: textos livres, contagem de histórias ou outras atividades que considerem necessárias. Com essas atividades ele poderá descobrir os elementos que apontam as reais dificuldades e facilidades dos alunos no aprendizado da leitura (MARUNY, 2000).

Cagliari (2007, p. 86) define a leitura como sendo “a extensão da escola na vida das pessoas. A maioria do que se deve aprender na vida terá de ser conseguido através da leitura fora da escola. A leitura é uma herança maior do que qualquer diploma”.

Muitos alunos têm problemas em relação à leitura porque não aprenderam durante sua escolarização a interpretar o que leem e o que está escrito, e carregam essa dificuldade para o resto da vida. Alguns professores, ao invés de enfrentarem a dificuldade junto com o aluno, livram-se desta responsabilidade passando o aluno para a série seguinte podendo assim agravar a dificuldade apresentada.

A escola deveria incentivar e ensinar os alunos a ler e a entender não só as palavras, mas os textos específicos de cada matéria, pois a leitura não pode ficar restrita à literatura e ao noticiário. Por isso o objetivo da escrita é a leitura, pois quem escreve, escreve para ser lido. Na concepção de Cagliari (2007, p. 95):

A leitura é uma decifração e uma decodificação. O leitor deverá em primeiro lugar decifrar a escrita, depois entender a linguagem encontrada, em seguida decodificar todas as implicações que o texto tem e, finalmente, refletir sobre isso e formar o próprio conhecimento e opinião a respeito do que leu. A leitura sem decifração não funciona adequadamente, assim como sem a decodificação e demais componentes referentes à interpretação, se torna estéril e sem grande interesse. A leitura é uma atividade linguística com significante. É falso dizer que se pode ler só pelo significado ou só pelo significante, porque só um ou outro jamais constituem uma realidade linguística.

Cabe ao aluno decifrar e decodificar ao ler, grifando as partes mais importantes e as dúvidas, para que entenda o que leu, sem que fique prejudicado em sua leitura, pois a leitura é uma das formas mais abstratas de estudo. Ela implica captar e interpretar significativamente símbolos verbais impressos. De acordo com Zacharias (2004):

O sistema de escrita funciona segundo um princípio alfabético: a quantidade de letras de uma palavra corresponde, a grosso modo, ao número de sons que compõem a palavra. Entender o princípio alfabético não é o mesmo que conhecer os sons das letras. Uma criança pode saber que o símbolo escrito “E” corresponde ao som [e], que o símbolo “L” corresponde ao som [l], mas, mesmo assim, ela pode não ter compreendido o mecanismo que permite formar uma palavra escrita.

Quando a criança começa a ler, a primeira coisa é a identificação dos símbolos impressos, letras, palavras e o relacionamento desses símbolos com os sons que eles apresentam. Ao ter contado com as palavras, a criança começa a separar visualmente cada letrinha que forma aquela palavra e associa ao seu respectivo som, formando, então, um significado.

Morais (2007) explica de forma bastante clara esta associação: “Este processo inicial da leitura, que envolve a discriminação visual dos símbolos impressos e a associação entre palavra impressa e som, é chamado de decodificação e é essencial para que a criança aprenda a ler. Mas, para ler, não basta apenas realizar a decodificação dos símbolos impressos, é necessário que exista, também, a compreensão e a análise crítica do material lido. Coloca o autor que

[...] Sem a compreensão, a leitura deixa de ter interesse e de ser uma atividade motivadora, pois nada tem a dizer ao “leitor”. Na verdade, só se pode considerar realmente que uma criança lê quando existe a compreensão. Quando a criança decodifica e não compreende, não se pode afirmar que ela está lendo (MORAIS, 2007, p. 44).

A criança tem que entender o que lê para ter uma compreensão daquela palavra que leu. Em relação à escrita ocorre o oposto, a criança tem que relacionar o som, o significado e a palavra impressa. Pode-se dizer que a diferença principal entre a leitura e escrita é que na leitura parte da informação visual, ou seja, da decodificação das letras que compõem as palavras, na escrita, reflete a palavra falada. Segundo Pinheiro (2014, p. 35):

A direção do processo de leitura é, pois, da letra ao som e a do processo de escrita é do som para letra. Para

a decodificação impõe-se o domínio de regras de correspondência grafema-fonema e, para a codificação, o conhecimento de regras de correspondência fonema-grafema. As regras de decodificação para a leitura e as de codificação para a escrita são diferentes em natureza e número, o que dá origem à outra diferença básica entre a leitura e a escrita.

A aprendizagem da escrita não é uma tarefa simples para a criança. Por necessitar de um processo de difícil construção a leitura e escrita são as primeiras significações que a criança necessita para conhecer e dar significado a coisa e objetos. Por meio da leitura e da escrita ela se insere no mundo em que vive passando a conhecê-lo melhor.

Ao ingressar na escola, a criança já quer aprender a ler e a escrever. No entanto, muitas vezes os pais e os professores não se dão conta de que a leitura e a escrita são habilidades que exigem da criança a atenção a aspectos da linguagem que ela dava importância até este momento em que começa a aprender a ler.

Curiosamente, toda criança se depara com alguma dificuldade na aprendizagem da leitura e da escrita (NUNES, 2003). Ao iniciar este processo da leitura e da escrita é de extrema importância que o professor ensine à criança a ler no seu próprio dialeto. Isso é essencial para formar bons leitores e assim, desenvolver a habilidade como falante. Essa habilidade como falante é decisiva para uma boa leitura e indispensável para uma leitura mais rápida sem comprometimento da compreensão.

De acordo com Cagliari (2007, p. 62) “para facilitar a leitura, a sociedade achou por bem decidir em favor de um modo ortográfico de escrever as palavras independentes dos modos de falar dos dialetos, mas que pudesse ser lido por todos os falantes, cada qual ao modo de seu dialeto”.

O primeiro contato das crianças com a leitura ocorre por meio da leitura auditiva, ou seja, onde alguém lê em voz alta e outras pessoas acompanham a leitura, de forma silenciosa. A criança acompanha ouvindo e certamente, fazendo associações com a representação de mundo que ela já possui.

A leitura tem vários processos e um deles é treinar o aluno a fazer uma leitura expressiva, para facilitar a própria compreensão do texto. Na leitura em voz alta, o aluno tem que decifrar o que está escrito e depois reproduzir oralmente o que foi decifrado, porque há muitas dificuldades em decifrar a escrita.

Ao insistir para que o aluno leia, o professor irá fazer com que suas dificuldades sejam externadas, ou seja, o aluno irá começar a soletrar, ler silabicamente. As crianças precisam de tempo para decifrar a escrita e cada criança tem um ritmo próprio que precisa ser respeitado, por isso, deve ler em ritmo acentual, sem pressa. A falta de controle sobre o pensamento ao longo da leitura faz com que o aluno acabe de ler e não consiga se lembrar. O ato de aprender a ler é uma tarefa muito difícil e delicada. Os professores exigem muito mais do aluno com relação à escrita do que com relação à leitura, ou seja, a escola não sabe como o aluno faz quando lê.

A leitura e a escrita exigem das crianças novas habilidades, que não faziam parte de sua vida cotidiana até aquele momento e apresenta novos desafios à criança com relação ao conhecimento da linguagem. Por isso,

aprender a ler é uma tarefa difícil para todas as crianças e não apenas para aquelas que têm dificuldades na leitura e na escrita.

Nem todas as crianças dispõem das mesmas ideias e experiências prévias em relação à linguagem escrita. Tais ideias nascem da reflexão sobre a experiência. Em muitos lares não se leem jornais, livros ou revistas; não se escreve; não se leem contos a todas as crianças. De qualquer forma, a cultura escrita requer maior informação do que a que habitualmente é oferecida em casa. Isso, normalmente, cabe à escola oferecer.

A linguagem escrita usada na escola deve ser funcional, para oferecer prazer; para ser lembrada; para se aprender; para fornecer informações. O aluno deve ser capaz, por meio da leitura e da escrita, de se comunicar e se expressar de forma adequada.

### **Compreendendo o papel do pedagogo em sala de aula**

Para que se possa compreender o papel do pedagogo em sala de aula, faz-se necessário, a princípio, tecer olhares sobre o curso de formação deste profissional. Sendo assim, faremos uma breve contextualização em torno do objetivo do curso de pedagogia, para em seguida, delinear a forma de ingresso e sua atuação neste espaço educacional.

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; produção e difusão do conhecimento técnico-científico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

Para traçar o perfil do egresso do curso Pedagogia, há de se considerar que o curso de Pedagogia trata do campo teórico-investigativo da educação, do ensino, de aprendizagens e do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social. A docência compreende atividades pedagógicas inerentes a processos de ensino e de aprendizagens, além daquelas próprias da gestão dos processos educativos em ambientes escolares e não-escolares, como também na produção e disseminação de conhecimentos da área da educação (ABRAMOVICH, 2002).

Em relação aos processos de ensinar e de aprender dão-se, em meios ambiental-ecológicos, em duplo sentido, isto é, tanto professoras (es) como alunas (os) ensinam e aprendem, uns com os outros. O professor é agente de (re) educação das relações sociais e étnico-raciais, de redimensionamentos das funções pedagógicas e de gestão da escola. Desse ponto de vista, o perfil do graduado em Pedagogia deverá contemplar consistente formação

teórica, diversidade de conhecimentos e de práticas, que se articulam ao longo do curso.

Por conseguinte, o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária; compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social; fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria; trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas; aplicar modos de ensinar diferentes linguagens, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, particularmente de crianças; relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas; promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade; identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas dentre muitas outras atribuições (CAGLIARI, 2007).

O profissional que deseja ingressar como pedagogo na área de ensino, deverá cursar o ensino superior em Pedagogia, com duração de quatro anos. Após esse período tem-se como opção as especializações em várias áreas. Educação e pedagogia são comumente confundidas, ou vistas, como a mesma coisa. Por isso, para tratarmos do papel do pedagogo faz-se necessário abordar, ainda que em linhas gerais, a diferença existente entre educação e pedagogia. Educação consiste em um processo amplo, assistemático de ensino e aprendizagem, natural à condição humana, por isso educação acontece nos mais diferentes momentos e espaços, como na rua, em casa, entre amigos, de pai para filho e assim por diante. Já a pedagogia constitui-se na ciência que se ocupa das questões da educação. É ela quem faz o estudo organizado e sistemático dos problemas da educação, traçando métodos e didáticas que venham a qualificar o processo educativo.

Nesse sentido, o pedagogo é aquele que estuda, conhece e se ocupa da educação tendo como papel central organizar e sistematizar os diversos conhecimentos advindos do processo naturalmente humano de ensino e aprendizagem. Transpondo essa ideia, o pedagogo terá a responsabilidade de acompanhar todas as questões educacionais visando direcionar e qualificar esse processo.

É de responsabilidade do pedagogo, portanto, ter uma boa fundamentação teórica, conhecer a legislação educacional e ter uma capacidade aguçada de

planejamento, pois é através de um bom planejamento que a garantia de um trabalho mais qualificado ocorrerá. Além disso, o pedagogo em uma instituição de ensino necessita saber trabalhar em equipe, pois seu trabalho necessariamente se dá na interlocução com as demais pessoas e setores, assim como se envolver com a elaboração e/ou reestruturação permanente de documentos que registrem e organizem o fazer pedagógico (MORAIS, 2007). Em suma, o papel central do pedagogo é criar e recriar instrumentos que qualifiquem o contexto educacional.

Discutir a função do pedagogo frente à diversidade curricular é fundamental quando se pretende ter uma postura crítica diante do processo ensino aprendizagem que acontece dentro da escola. Nesse processo de ensinar-aprender, o pedagogo possui diferentes objetivos e entre eles, organizar o processo de aplicação do currículo pela sua equipe escolar. Mas isso não é tão simples quanto parece, pois a aprendizagem se faz além dos processos didáticos e fora das regras metodológicas, ou seja, a aprendizagem acontece no aluno de dentro para fora por meio de experiências externas possibilitadas pelo professor na aplicação de atividades interativas que permite o contato, a reflexão e a tomada de consciência do objeto a ser apreendido.

Portanto, acredita-se que o “sujeito cognitivo passa a ser entendido não apenas como um sujeito racional, mas também como um sujeito psicológico, social, político, isto é, relacional, haja vista que, é fruto do processo entre subjetividade e objetividade” (SANTOS, 2009, p. 157). Isso estende ainda mais as funções do pedagogo diante da realidade curricular para que esta possa possibilitar a abertura do ser em busca de novas visões, de novos conhecimentos para que novas dúvidas sejam postas nesse ser a fim que a sua curiosidade não se feche, mas abra oportunidades para novas descobertas e novas conclusões.

Frente à diversidade cultural, política e subjetiva que cada aluno traz consigo, assim como cada professor também carrega, enraizada em seu ser, o pedagogo é o profissional responsável por abrir caminhos frente a essas diversidades, de modo que, elas sejam expostas ao mundo como processos conscientes por serem elementos constituintes do ser e que por isso não podem ser descartados nas relações humanas, nem mesmo entre os pequeninos aprendizes dos anos iniciais de escolarização.

Mas para isso o pedagogo atenta-se para o currículo, ou seja, para aquilo que se deve ser ensinado como ponto principal e também para a metodologia, ou seja, para o como se deve ensinar. Assim agindo, o pedagogo proporá à sua equipe uma possibilidade de ação que considere a utilização de “técnicas adequadas que permitem o estudo de alternativas e tomadas de decisão. [...] Uma metodologia que permite a apropriação do conhecimento e seu manejo criativo e crítico” (GUIRRO, 2009, p.71).

O papel do pedagogo desse modo é mais do que dar vistos nos planejamentos dos professores ou de simplesmente assinar fichas exigidas pela burocracia da regência escolar, mas sim de “derrubar paredes” da escola de “saltar seus muros” (GUIRRO, 2009, p.71).

Em outras palavras, o papel do pedagogo é de quebrar velhos paradigmas que retardam ou diminuem a capacidade de interação entre alunos e professores e buscar outras possibilidades de interação por meio de

tecnologias modernas, por meio de recursos gratuitos que convoquem todos (alunos e professores, funcionários e comunidade escolar) a interagir com a escola. Isso mostra que o pedagogo está atualizado com as novas interações sociais, novas formas de contatos sociais, novos conhecimentos que podem ser apreendidos com essas situações.

Guirro (2009, p.95) também pensa assim e diz claramente: “diante das novas possibilidades, a educação não pode mais viver do passado, negando a existência das tecnologias, pois formaria pessoas desconectadas da realidade em que se inserem”. Cabe então, ao pedagogo, aprender a manusear essas tecnologias modernas e com elas mostrar novos caminhos para a educação usando-as como ferramentas de aprendizagem.

Talvez a falta de conhecimento e de prática entre os professores no manuseio dessas tecnologias esteja atrapalhando o desenvolvimento curricular das disciplinas e impedindo que as aulas sejam mais criativas e modernas, que as aulas estejam mais ao gosto dos alunos que dominam razoavelmente bem essas tecnologias sejam porque já possuem computadores em casa sejam porque frequentam LAN house. A esse respeito, enfatiza Santos (2009, p. 88) que:

Se o pedagogo possui em suas obrigações zelar pela ampliação das relações humanas dentro da escola, o currículo também deve proporcionar as mesmas condições. Isso quer dizer que a escola deve possuir uma grade curricular flexível e capaz de se adequar às realidades cotidianas para que a interação e a troca de informações sejam fortes aliadas do processo educativo para a “interação construtiva constitua o pressuposto do discurso e da prática de relações democráticas na escola” fazendo com que a grade curricular deixe de ser grade para se tornar um leque de opções de conhecimentos que abre em torno de um tema comum.

Sendo assim o papel do pedagogo não se restringe às condições de aprendizagem dos alunos, mas também de toda a equipe de funcionários da escola que deve se manter atualizada com as novas tecnologias e capaz de se interagir com os alunos de modo eficiente, prático e com as atualizações tanto de linguagem quanto de ambientes propícios à comunicação e desse modo aproveitando melhor as oportunidades para coordenar e apresentar novas possibilidades de comportamentos considerados mais éticos, morais e políticos dentro do contexto escolar.

Mas isso não é tão simples quanto parece, pois segundo Santos (2009, p.98) diz que no currículo

Encontra-se impregnado o problema da relação teoria-prática, pois conceber o currículo demanda que se tenha uma concepção de mundo, sociedade e educação e, considerar os fundamentos filosóficos, ideológicos, sociológicos, epistemológicos, antropológicos, políticos e institucionais / administrativos. [...] nele está imbricada a questão política da racionalidade da ação. Ele concerne, também, às decisões educativas sendo, portanto, afeto a questões de planejamento (concepção) e operacionalização / desenvolvimento (processo).

Ou seja, a construção de um currículo não se deve estar pensando apenas nos conteúdos a serem trabalhados didaticamente dentro da sala de aula, mas também nas possibilidades desses conteúdos serem levados para a ampliação social do espaço extraescolar do aluno,

proporcionando a este novas possibilidades de sucesso dentro da comunidade em que esteja inserido.

Por isso é comum a existência de diferentes tipos curriculares, mas aqui não serão postas em evidência estas distinções porque não mais se pode pensar em um currículo preso a dogmas ou a regras rígidas.

Como já foi descrito a educação necessita de novas possibilidades de interação e de novos investimentos cognitivos por parte dos professores e pedagogos para que as aulas se tornem mais atrativas e que as relações humanas sejam aquecidas com o uso de tecnologias modernas.

A diversidade curricular também deve estar atenta a essas questões, às questões do relacionamento afetivo por meio de tecnologias que privilegiam a distância, mas que podem despertar o interesse para o aprendizado e para a interação social mais calorosa. O currículo ainda deve pensar nas diferenças encontradas dentro das escolas e essas diferenças tendem a ser diminuídas quando se tem um educador consciente de seu papel, que nos dias atuais as informações são rapidamente repassadas e assim não se pode ser dono absoluto das verdades, mas sim reconhecer-se como “um educador-educando” que:

Permite que o educando, enquanto aprende, também ensine, tornando-o um educando-educador. [...] isso implica em todo educando e educador como sujeitos de saberes, inacabados como seres humanos, com possibilidades de formarem-se como sujeitos críticos, reflexivos, capazes de refletirem sobre sua própria prática, no sentido de transformá-la (SANTOS, 2009, p. 128).

Então não se vê mais a necessidade de distinção entre os currículos, pois todos acabam se unindo quando se considera o ser humano como cidadão capaz de ser livre e na sua liberdade ousa pelos caminhos da autenticidade fundindo saberes científicos aos conhecimentos empíricos e do senso comum para que sua prática social busque uma atuação real por meio da eficiência, mas respeitando as regras éticas, morais e da boa convivência.

O pedagogo deve estar atento ao currículo escolar para que este, ao ser registrado, mostre apenas os saberes cientificamente consagrados em depreciação dos saberes popularmente considerados parte da cultura de uma região.

### **O papel do pedagogo como mediador do processo de ensino e aprendizagem**

A presente reflexão trata do papel do pedagogo na condução do trabalho pedagógico nas escolas, haja vista que, a atuação desse profissional neste espaço escolar e na docência é de suma importância vista à construção de uma escola voltada ao desenvolvimento do pensar e do agir.

Nesse contexto, o pedagogo possui um papel decisivo como docente, no objetivo de promover a efetiva aprendizagem na escola, especialmente, quando se tem em foco o processo de alfabetização, pois entende-se que ensinar a ler e a escrever é “uma atividade inalienável da instituição escolar.

Conforme Lerner (2002, p.34) “estas considerações são fundamentais no momento histórico em que vivemos

tendo em vista que a leitura e a escrita são essenciais para a construção da cidadania e da consciência crítica”.

Sendo assim, a organização pedagógica na educação infantil, bem como, nas séries iniciais do ensino fundamental, deve estabelecer uma relação positiva frente a relação do pedagogo para com a efetivação da alfabetização, pois a função da escola frente a alfabetização, é ensinar a ler e escrever para além da pura mecanização.

Não são recentes as análises que mostram que a língua escrita deve ser construída pelas crianças, pelo viés de seu uso, de sua função social. As bases do conhecimento como primeiro momento de saberes na infância, deve ser mediatizada pelas ações pedagógicas que busquem fortalecer as relações de conhecimentos prévios das crianças ao processo de ensino e aprendizagem. Portanto, ao alcançar os anos mais avançados do ensino fundamental, torna-se imprescindível trabalhar as relações fonema-grafema, pois sem essa aprendizagem, a criança não compreende a estrutura da língua escrita.

Neste sentido, as bases da aprendizagem devem ser capazes de fomentar no aluno um saber minimamente possível de leitura e de escrita (claro que também conhecimentos matemáticos das quatro operações – o que não iremos tratar neste trabalho) para que este possa seguir seus estudos de maneira satisfatória e tendo uma compreensão significativa desse processo ensino e aprendizagem, o que infelizmente não vem ocorrendo, já que temos inúmeros educandos que apresentam expressivas dificuldades nestes aspectos da leitura e da escrita e, em sua decorrência, acaba influenciando no rendimento dos alunos em sala de aula.

Sendo assim, fomentar esse processo de mediação da leitura e da escrita, a partir da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental é a grande máxima do ensino e aprendizagem. Vale também ressaltar que é essencial abandonar com práticas tradicionais, com atividades repetitivas e alienadas, objetivando que a leitura e a escrita sejam mais próximas, tanto quanto possível, da prática social.

No que se refere ao estabelecimento de qual o nível de ensino é o mais adequado para iniciar o processo da alfabetização, cremos que é muito difícil precisar a partir que nível de escolarização esse processo deve iniciar-se, assim como também é difícil precisar o seu fim. É certo, porém, que quando a criança ingressa na escola, esse processo já deve ser trabalhado.

Não deve, no entanto, ser encarado como uma tarefa, apenas com lápis, papel, contornos de letras e números. O processo de alfabetização pressupõe o necessário distanciamento de tais práticas. O pedagogo deve assim, ter bastante clareza desses aspectos, que norteiam a condução de seu trabalho junto aos docentes. O domínio desses saberes garante aos profissionais da escola os fundamentos que consideramos essenciais à prática educativa.

Com a intenção de contextualizar essa visão de alfabetização, inserindo-a num processo social amplo, que comporta análises e estudos, Soares (2004) contribui, destacando a necessidade de ampliação do significado da alfabetização, e justifica, assim, o surgimento da palavra letramento. Ressalta a autora que o surgimento da palavra

letramento se deu em consequência da necessidade de valorizar comportamentos e práticas do sistema da escrita em situações sociais. Acrescenta-se, ainda, que os dois processos têm sido confundidos e, até mesmo, fundidos. Então, por entender que a alfabetização só faz realmente sentido no contexto da prática social, é que acentuamos a sua relação com o letramento.

Asseveramos que no processo do letramento é fundamental considerar a importância do trabalho da leitura como hábito, e também, enquanto estratégia; pois, segundo Aliende (2005, p. 13):

A leitura é a única atividade que constitui, ao mesmo tempo, disciplina de ensino e instrumento para manejo das outras fases do currículo [...] a ênfase está em aprender a ler para aprender. Nas séries fundamentais, a aprendizagem do código dentro de contextos significativos para a criança é de grande importância.

Na busca dessa construção, pedagogos e professores devem criar sistematizações em sala de aula para que a criança interaja com diferentes tipos de letras. Ainda, sem perder o foco da leitura, da oralidade e da escrita, essas três linguagens devem ser trabalhadas todos os dias junto aos estudantes. Na promoção dessas linguagens, os diferentes gêneros textuais constituem-se alicerce fundamental, pois quando o docente se utiliza de diversificação no trabalho com os textos, todos os elementos a eles inerentes estão sendo priorizados.

Outra perspectiva importante do trabalho pedagógico é investir no bom uso da argumentação na produção textual. O pedagogo deve favorecer momentos em que os docentes pensem em ações didáticas que torne mais efetiva, junto aos estudantes, a aprendizagem da construção do texto, relativamente ao encadeamento das ideias, dando-lhe sequência lógica: começo, meio e fim. Deve considerar-se, também, que a sistematização deste conteúdo deve iniciar-se já no primeiro ano do ensino fundamental.

Tratando-se da alfabetização pontuamos a necessária atenção aos conhecimentos matemáticos, destacando-se o encaminhamento relativo às operações de adição, subtração, divisão e multiplicação. Assim, há que se realizar investimentos na transposição didática do raciocínio da criança e a aprendizagem efetiva do conteúdo. Entendemos por transposição didática a passagem do saber científico ao saber escolar. Consiste em fazer a contextualização dos conteúdos trabalhados em sala de aula, sem reduzir o significado que deu origem ao saber ensinado.

De acordo com Chevallard, 1991 apud Pais (2002) um conteúdo do conhecimento, tendo sido designado saber a ensinar, sofre um conjunto de transformações adaptativas que vão torná-lo apto a tomar lugar entre os objetos de ensino. O trabalho que, de um objeto de saber a ensinar faz um objeto de ensino, é chamado de transposição didática.

Como nossa análise também está focada na alfabetização, podemos, até, nos arriscar a concluir que as dificuldades apresentadas pelas crianças na leitura de situações problema que envolvem as operações, são reflexos das dificuldades com a leitura na área da Língua Portuguesa, alfabetização.

A esse respeito Aliende (2005, p. 13) descreve que “a matemática e todas as demais áreas de estudo necessitam do uso de livros e estão relacionadas com a habilidade de leitura”.

Nesse sentido, a área da Matemática também envolve a promoção da leitura; assim, é fundamental ler com a criança e utilizar textos de diferentes naturezas e problematizar o que se lê.

As considerações das dificuldades acima apontadas nos levam a afirmar que não podemos deixar de lançar mão dos materiais manipuláveis no trabalho com a Matemática. Na promoção desse trabalho, Vila (2006, p.169) colabora primeiramente indagando, para, posteriormente, sugerir aos docentes:

É possível conseguir no conjunto dos alunos um certo domínio nos processos de investigação matemática? Como? Apresentando a atividade matemática em aula como uma simulação de atividades de investigação em que o aluno é um investigador novato e o professor seu tutor especialista.

Diante do exposto, sabemos que cada conteúdo a ser ensinado requer variadas estratégias de ensino, bem como recursos diferentes. Qualquer ação educativa requer planejamento [...] e que se leve em consideração: as condições culturais e de desenvolvimento dos sujeitos do processo; o contexto social e histórico em que estes se inserem; os objetivos do ensino a serem alcançados a curto e médio prazo; as práticas de ensino efetivadas em função destes objetivos; as interpretações [...]; os instrumentos necessários; o momento adequado.

Diante do processo do planejamento escolar, destacamos, mais uma vez, o papel do pedagogo nas escolas, mostrando o quanto a atuação desse profissional é fundamental para a promoção da qualidade do ensino.

Para a promoção dessa qualidade, temos que os pedagogos devem ser conhecedores das dinâmicas que acontecem nas salas de aulas, pontuando questões que precisam ser retomadas, auxiliando na articulação do planejamento ao conteúdo e ao nível de conhecimento dos estudantes.

Meirieu (2012, p. 83) discorre que “o trabalho pedagógico consiste em apoderar-se dos objetivos da aprendizagem, examiná-los, analisá-los, interrogá-los, escrutá-los em todos os sentidos”, contribuindo, assim, com sugestões enriquecedoras para o trabalho dos docentes.

A responsabilidade dos pedagogos é decisiva, pois, muitas vezes, para a percepção de problemas, esse profissional deve fazer-se atuante junto ao professor, interagindo, inclusive, na própria sala de aula. Outro aspecto a considerar é que quem ensina a leitura, deve ser um leitor competente. A partir desse pressuposto, ressaltamos que “o professor precisa gostar de ler, ler muito e envolver-se com o que lê” (LAJOLO, 2005, p.107).

Consideramos, também, o aspecto que, por vezes, os docentes têm dificuldades, no que se refere ao acesso a livros de boa qualidade. Tal fato acontece não por desinteresse, porém mais provavelmente, em virtude da falta de tempo, ou mesmo, de poder aquisitivo. Assim, depositamos a crença no propósito de que a formação

docente, a promoção da pesquisa e da leitura realmente “fazem a diferença”.

Acreditamos, pois, que, se há o desejo de formar estudantes leitores vorazes, deve-se, primeiramente, despertar este gosto nos professores. Nesse sentido, vislumbramos que “espartilhada em hábito, a leitura torna-se passível de rotina, da mecanização e automação, semelhante a certos rituais de higiene e alimentação, só para citar áreas nas quais o termo hábito é pertinente” (LAJOLO, 2005, p.107).

### **A mediação do pedagogo no trabalho escolar**

Quando pensamos a respeito da mediação do pedagogo no trabalho docente, sabemos que essa condução deve constituir-se como “ponte” para a conquista de ideais como profissionalização, melhores condições de trabalho e uma prática docente mais crítica, ativa, interventiva e o estudante como um aprendiz competente.

Para Nóvoa (2009, p. 33) “A primazia da importância do saber disciplinar, curricular e da cultura do mundo vivido”, na prática docente deve ser considerada como fator intimamente relacionado com a melhoria da qualidade do ensino, além de constituir elemento significativo para a construção do professor enquanto profissional da educação.

O professor, como profissional da educação, é aquele que constrói sua prática pedagógica na relação dialética entre conhecimento e ação, entre o saber fazer e o saber sobre o fazer, assim Sacristán (2009, p. 28) alude que “com o objetivo de conseguir um fim, buscando uma transformação [...] cuja capacidade de mudar o mundo reside na possibilidade de transformar os outros”.

Nesse sentido, o pedagogo, pode ser considerado um legítimo profissional da educação, e necessita desenvolver uma pedagogia coerente e articulada à sua realidade. Portanto, sua ação deve ser intencional, levando em consideração a dimensão colaborativa da equipe escolar. Logo, o agir de modo intencional significa agir em função de objetivos previamente definidos.

Ao considerar essa afirmação, não podemos deixar de contemplar a educação como promoção do homem. Saviani nos auxilia nesse sentido, quando propõe significativos objetivos para a educação brasileira dizendo que:

A reflexão sobre os problemas educacionais nos leva à questão dos valores e objetivos da educação. Partindo de uma compreensão do homem no contexto situação-liberdade-consciência, referindo-o à realidade existencial concreta do homem brasileiro, pode-se enunciar esquematicamente objetivos gerais para a educação brasileira: educação para a subsistência, para a libertação, para a comunicação e para a transformação. Esta é a forma através da qual traduzimos, em termos de Brasil, o significado da educação como promoção do homem (SAVIANI, 2006, p.48).

Com vistas à promoção de homem e à construção de uma escola assentada no ensinar e formar, ressaltamos, novamente, o trabalho desenvolvido pelo pedagogo nas escolas, num trabalho direcionado para a formação humana. Nesse sentido, é inerente ao trabalho do

pedagogo, diante de sua responsabilidade social, a mediação indispensável entre produção do conhecimento e a organização sistemática dos processos de ensino e aprendizagem, para a formação dos estudantes.

Esse trabalho pedagógico reveste-se, assim, de uma dupla responsabilidade: em primeiro lugar a responsabilidade de construir de modo sistemático e organizado a educação que atualiza historicamente as novas gerações, e, em segundo lugar, a responsabilidade de priorizar aquilo que é mais relevante para o processo educacional como um todo, frente às políticas públicas educacionais vigentes. São necessárias à reflexão sobre o trabalho pedagógico, e também ao processo da alfabetização, na concepção abrangente enquanto necessidade de reconhecer a prática educativa como objeto do conhecimento em suas dimensões da prática social, política e pedagógica.

Veiga (2009, p. 52) afirma que nesse “viés” o pedagogo necessita construir e dominar sólidos saberes “disciplinares e curriculares da formação pedagógica, da experiência profissional e da cultura e do mundo vivido”. É na evidência do trabalho do pedagogo como mediador da educação escolar que a base da sustentação pedagógica na relação entre teoria e prática se afirma, e assim, podemos acreditar na dimensão social e política da escola.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Cabe ao pedagogo, por meio de seu trabalho, construir um alicerce profissional com clareza política, no sentido de refletir sobre sua ação teórico-prática, relacionada às questões educativas, percebendo, contudo, a cotidianidade que expressa à organização da escola e que revela a sua organização, o seu projeto pedagógico, a sua filosofia de trabalho, bem como o delineamento das concepções precípuas de sociedade e da educação.

Ainda, no que tange à construção da língua escrita, é condição para uma ação teórico-prática, a clareza quanto aos métodos de ensino, assim como a análise do ponto de partida e de onde se pretende chegar com os estudantes. Imprescindível é ter-se presente a constante e fundamental avaliação da evolução das crianças na aquisição do sistema da escrita. Para tanto, pesquisas, preparo, estudos são fundamentais. Até para questionar que “devemos aprender que a sociedade na qual vivemos nos julga e nos classifica. Assim, trabalhem na escola com a contradição, opondo-nos aos padrões estabelecidos, se quisermos realmente educar.

Todas essas considerações levam-nos a crer que atuar como pedagogo, nesse contexto, não é, portanto, tarefa que se conclua após estudos de um aparato de conteúdos e de técnicas para a transmissão deles, mas uma aprendizagem por meio de situações práticas que sejam efetivamente problemáticas, considerando as políticas educacionais vigentes, o que exige o desenvolvimento de uma leitura crítica e reflexiva competente.

Assim, a mediação do pedagogo diante sua prática docente exige pensar a prática pedagógica na sala de aula enquanto um processo de aprendizagem sistemático, lançando constantemente mão da teorização e compreendendo a natureza contraditória do ato educativo.

E para concluir, os resultados desse estudo revelam que a efetiva ação do pedagogo frente à mediação do

ensino e da aprendizagem como professor e junto aos professores, é o ponto de partida e de chegada para a interpretação da lógica do “movimento dialético” na educação escolar. É o movimento de vida e trabalho, impulsionador do pensamento crítico que se propõe a compreender a dinâmica pedagógica em si, e, sistematicamente, pergunta-se como é possível chegar à compreensão da realidade.

Frente ao exposto, esperamos ter contribuído para intensificar o debate acerca da temática em estudo. Esperamos, ainda, que os dados deste trabalho possam enriquecer as discussões sobre as dificuldades da leitura e da escrita vivenciada no cotidiano da escola e para reconhecer as condições de produção de leitura como fatores importantes na formação de leitores críticos e criativos, com vistas ao despertar do senso crítico do aluno-leitor a partir do momento em que o aluno é inserido nesse processo educacional-escolar. Para tanto a escola deve proporcionar aos alunos um ambiente rico, utilizando uma tipologia variada de textos que circulem em nossa esfera social, formando um novo público leitor capaz de entender a sociedade em que vive e transformá-la.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, F. **Literatura Infantil: Gosturas e Bobices**. São Paulo, 2002.
- ALIENDE, F. (org.). **A leitura: teoria, avaliação e desenvolvimento**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito da leitura**. São Paulo: Cultrix, 2007.
- CAGLIARI, L. C. **Alfabetizando sem o BÁ-BÉ-BI-BÓ-BU**. São Paulo: Scipione, 2007.
- CHEVALLARD, Y. **La transposition didactique**. Paris: La pensée Sauvage, 1991.
- CHIZZOTTI, A. Metodologia do ensino superior: o ensino com pesquisa. In: CASTANHO, S.; CASTANHO, M. Eugênia. (Orgs). **Temas e textos em metodologia do ensino superior**. Campinas: Papirus, 2001., p. 103-112
- FERREIRO, Emília. **Com Todas as Letras**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUIRRO, Antonio Benedito. **Administração de benefícios e remuneração: RH**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- LAJOLO, Marisa. A prática da Leitura. In: GERALDT, J. Wanderley (org.) **O texto em sala de aula**. São Paulo: Ática, 2005.
- LERNER, D. **Ler e Escrever na Escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: ArtMed, 2002.
- MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARUNY Curto, Lluís. **Escrever e ler: como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las a escrever e a ler**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- MEIRIEU, P. **A Pedagogia entre o Dizer e o Fazer**. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- MORAIS, António Manuel Pamplona. **Distúrbios da aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica**. São Paulo: Edicon, 2007.
- NOVOA, A. Formação de Professores e Profissão Docente. In: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: D. Quixote, 2009.
- NUNES, Terezinha. **Dificuldade na Aprendizagem da Leitura: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2003.
- PAIS, L. C. **Ensinar e Aprender Matemática**. São Paulo: Autêntica, 2012.
- PINHEIRO, Angela Maria Vieira. **Leitura e Escrita: Uma Abordagem Cognitiva**. Editorial Psy, Campinas/São Paulo: 2014.
- SACRISTÁN, G. **Poderes Instáveis em Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2009.
- SANTOS, Adriana Regina de Jesus. **Currículo, conhecimento e cultura escolar**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 36 ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- SOARES, M. Alfabetização e Letramento. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Aventura de formar professores**. Campinas: Papirus, 2009.
- VILA, A. **Matemática: para aprender a pensar**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ZACHARIAS, Vera Lúcia. **A aprendizagem da leitura e escrita**. São Paulo: Contexto, 2004.